

imensa delicadeza — pedia licença para me fazer uma observação.

Eu devia ter os meus catorze anos. Imaginei que fôsse alguma estrepolia, algum mau comportamento... Mas, não: era uma correção que eu devia fazer no texto que lia... O original latino fôra traduzido considerando que a oração seria dita pelos sócios privadamente; por isso, falava em "tôdas as Conferências de Sociedades, especialmente *aquela* de que fazemos parte". Ora, uma vez que estava sendo rezada não em particular mas na própria Conferência, eu não deveria dizer *aquela* e, sim *esta*...

Como se vê, nem era minha, a culpa... Mas, gravou-se em mim, de modo inesquecível, a doçura, a delicadeza com que aquele ancião tão venerado por meu Pai, se inclinou sobre mim, pedindo desculpas, fazendo questão de não magoar nenhuma suscetibilidade que eu tivesse.

Depois, muito depois, é que vim a ter notícia mais exata de quem era êle. Renovo dentro de mim a comoção daquele encontro cuja memória, graças a Deus, não perdi. E fico a imaginar quanta bondade não deveria existir naquele coração.

RESENHAS

A ENGENHARIA MILITAR PORTUGUÊSA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL — General A. de Lyra Tavares.

"Engenheiro, segundo o *Dicionário Histórico* de Moreira, citado pelo autor, "é o nome que têm aqueles que se aplicam particularmente ao estudo da Arquitetura Militar, por causa dos engenhosos inventos que praticam muitas vezes, tanto para a fortificação como para o ataque e a defesa das Praças". Tal significação assinala um ponto de partida. Nêle, numerosas linhas de evolução se iniciam, ora para divergir simplesmente, ora para entrecruzar-se.

No rumo que se consideraria central, há o ajustamento dessa atividade às tarefas das tropas, nas lutas de posição ou de movimento, do mesmo modo que na organização dos exércitos — pois, a Engenharia foi, a princípio, com a Artilharia, uma coisa só; aliou-se, depois, à Infantaria e só no fim veio a ser trabalho e corpo autônomo. Para outro lado, através das Obras Públicas, a Engenharia Civil iria destacar-se do bloco primitivo. Para corresponder a exigências óbvias, Portugal sentiria a necessidade de ir dispensando o concurso de padres sujeitos a outra obediência que não a militar, e de estrangeiros, num programa de conhecimentos assim ligados à segurança do país. E haveria o problema especial do Brasil, suscitando novo roteiro para o esforço: o Brasil, com as suas costas a defender, com os seus sertões a penetrar, com os seus limites a definir e guarnecer.

Tudo isso Portugal veio fazendo desde o século XVI, quando fez do estudo da Matemática um "elemento imprescindível", utilizando-o "no sentido quase exclusivamente da sua aplicação à Fortificação e à Navegação" (pág. 15).

Historiador de sua Arma, que é Engenharia, o sr. General Aurélio de Lyra Tavares examinou recentemente, um livro intitulado *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*, êsses aspectos importantíssimos de nosso passado — e não somente o nosso passado militar: na verdade, tanto a alta política negociando fronteiras que teriam de ser marcadas em terreno difícil ou desconhecido, quando o próprio abastecimento cotidiano exigindo em terreno difícil ou desconhecido, quanto o próprio abastecimento cotidiano exigindo aquedutos e chafarizes, dependeram, quando eramos colônia, dos técnicos que a Metrópole enquadrava na disciplina militar e mandava para estas plagas.

O livro cuja edição é homenagem do Estado Maior do Exército Português e circulou quando o autor era Comandante do IV Exército sediado no Recife, — de 190 páginas, grande formato e excelente apresentação gráfica, — está dividido em duas partes: na primeira, trata dos assuntos apontados acima, inclusive esclarecendo as funções do Real Arquivo Militar criado em 1808 por D. João VI e oferecendo ao leitor uma série copiosa e valiosa de dados — cuja exposição, a nosso ver, ganharia se fôsse mais metódica; na segunda, relaciona os engenheiros militares que vieram para o Brasil a serviço de Portugal, de todos êles fornecendo indicações biográficas.

Como notícia genérica e global a respeito de uma face pouco estudada de nossa formação, o livro do sr. General Lyra Tavares tem um alto sentido e uma real utilidade. As pesquisas que se deixam entrever como base do estudo, foram largas e meticulosas. Só o fato do recenseamento dêsses 238 engenheiros — alguns realmente notáveis como técnicos e como "construtores" do Brasil, e dos quais se relacionam e localizam os trabalhos, dá lugar de relêvo em nossa literatura histórica ao ilustre escritor militar. — LUIZ DELGADO.

VIDAS SÊCAS — Graciliano Ramos.

A crítica literária já se habituou a classificar o romance "Vidas Sêcas", de Graciliano Ramos, como uma narrativa construída através de "quadros". Na expressão, hoje vulgarizada, de Rubem Braga, trata-se de um "romance desmontável". A análise da técnica de composição dessa obra pode revelar uma série de elementos sutis a garantir a unidade estilística e as grandes linhas do seu conteúdo ideológico.

"Vidas Sêcas", ao mesmo tempo em que projeta como um romance, vem a ser, também, um conjunto de contos. Cada conto ou "quadro" se constitui numa entidade estética autônoma dentro do contexto da obra; cada uma dessas entidades tem o seu núcleo, o seu ponto vital de interesse, sua periferia precisamente demarcada. Sabe-se que o conto é um gênero narrativo que se desenvolve, de preferência, a partir de um núcleo e nele encontrando toda a sua vitalidade. Tal condição, antes de ser considerada um mero artifício, decorre quase de uma contingência imposta pelo próprio gênero, pela sua natureza monovalente. Isso é tanto mais fácil de verificar quando o conto flui de um processo narrativo de interiorização, pois aí o centro de interesse está sempre a atuar, atraindo todos os elementos para a sua esfera. Não é por acaso que nos contos de grande carga psicológica ou de força introspectiva a narração esteja sobreposta à descrição.

Há de se dizer, contudo, que sendo o romance uma espécie de curso, de fluência, de constante desdobramento de núcleos, de conseqüente expansão da periferia, tal fato seria de modo a compelir o romancista a uma multiplicidade descritiva de detalhes, de incidentes, numa maior soma que no conto. Certo que isso suceda, tanto que o romance não seja absorvido pelo pormenor em detrimento do seu ponto vital de interesse.

Parece que Graciliano tinha em conta, intuitivamente, o conceito gravado por Lukács e que demarca a atitude entre particular e observar, narrar e descrever, pois no romancista "a narração distingue a ordem. A descrição nivela todas as coisas". E como a composição de "Vidas Sêcas", que num escritor mais cromático seria movimentação para o extravasamento descritivo, revela uma sóbria utilização desse recurso plástico, manipulado segundo os personagens, dá-se que o pormenor, o incidente, o fato de aparência irrelevante entroncam no núcleo de cada "quadro" ou conto para que se projetem, numa amplitude, no corpo de toda a obra. Ainda uma vez seria possível trazer Lukács em apóio ao autor de "Infância", desde que "as coisas só têm vida poética enquanto relacionadas com acontecimentos humanos".

Assim, se o romance vem elaborado como um conjunto de contos, cada "quadro" aderente a um núcleo, cada núcleo válido por si mesmo, pelo interesse humano que revela, cada conto se constituindo numa unidade estética, lícito é indagar porque chamá-lo romance. É que cada conto ou "quadro" se interliga aos demais por um só fio e ao mesmo tempo nada consegue destruir essa unidade formal da narrativa conduzida por sobre a descrição. Ainda mais: a unidade ideológica garante o perfeito desenvolvimento da forma.

Note-se como a paisagem forma o quadro geral do romance, de conto a conto, funcionando quase num mesmo nível para todos os personagens da família de Fabiano. É uma paisagem obsessiva e também absorvida, queridamente aceita, tanto quanto pelas circunstâncias cruéis que se abatem sobre as criaturas, possa ela ser detestada.

Toda essa disposição técnica (de aparência simples) é de modo a que o leitor, finda a leitura do romance, dele não possa ter nenhuma idéia de fragmentação. Tal não aconteceria se os contos não tivessem a mesma trágica e penetrante significação humana. E, no entanto, cada "quadro" pode ser apinhado, isoladamente, sem perda de nenhum dos elementos que perpassam o conjunto do livro. Só assim nos certificamos de que o romance gira em torno de um único núcleo de interesse humano, desenvolvido numa expansão de linhas fincadas a partir do centro.

Todas essas considerações nos levam a dizer, sem medo de errar, que "Vidas Sêcas" é romance de duas estruturas: a do conto e a do romance mesmo. Mas isso além de ser facilmente verificável, não teria exclusiva importância como problema de composição. Outra habilidade a obra revela, que nos cumpre assinalar. É que os personagens são, também, estruturados dentro de dois níveis: o da interiorização e o da criação objetivada por uma terceira pessoa imparcial, direta, discreta. Ainda aqui parece que a anotação recai sobre o óbvio, mas não devemos esquecer um fato da máxima importância na feitura da história e que consiste no abandono que Graciliano, em "Vidas Sêcas", votou à análise introspectiva habitual aos seus romances anteriores. Abandono que de nenhum modo, e agora o problema assume exclusividade na composição, implicaria na mudança de atitude psicológica no delineamento dos fatos e na figuração das criaturas.

O romancista de "Angústia" fixava os fatos a partir da concepção e experiência de um personagem-narrador. Através dessa criatura, que outra coisa não pode representar senão o mundo de fabulação do autor, o romancista desenvolve uma torturante análise íntima, entrelaçada com acontecimentos tomados de uma certa distância. Assim, (mais uma vez tomamos teorias de Lukács como pontos de apóio ou coordenadas) cabe citar o crítico húngaro: — "O costume de se afastar dos acontecimentos, que permite exprimir uma seleção dos elementos essenciais já operada pela praxis humana, pode ser encontrado nos autênticos narradores até mesmo no caso em que eles adotam a forma de narração na primeira pessoa, isto é, quando fazem supor que o narrador seja um personagem da obra".

Pela primeira vez na obra de Graciliano, em "Vidas Sêcas" o personagem-narrador está ausente em face da variação estilística utilizada pelo autor, o que não importa numa diminuição da força psicológica que confere relevo aos personagens. Alguns críticos (como Olívio Montenegro — O Romance Brasileiro) e João Gaspar Simões (Crítica n.º 1) olhavam com desconfiança para o caráter psicológico de alguns personagens de Graciliano, sobretudo a propósito de "Vidas Sêcas". É que não se conformavam, tais estudiosos, que criaturas como Fabiano pudessem possuir uma organização psíquica capaz de atribuir ao seu portador reações "superiores" diante da vida, reações próprias de "organizações complexas", quando tais seres — "modelos de organizações simplistas" ou "rudimentares", não estavam aptos a pensar superiormente... Não cito neste artigo as palavras textuais dos críticos, mas forneço a restrição que eles faziam a Graciliano, quando o que nos interessa, de fato, é justificar a configuração anímica dos personagens.

Na verdade, e só por um pré-conceito, ocasionalmente arriscamos a idéia de que existem criaturas "destituídas de interioridade". Tal não pode suceder com o homem, e se as suas reações diante da vida nos parecem simplistas, é que confundimos o pensar, o ser na intimidade, com a manifestação intelectual do pensamento. Queria Graciliano em "Vidas Sêcas" alcançar uma narração extensiva e um nivelamento dos personagens na linha exterior da ação, toda vez que se viu obrigado a escrever na terceira pessoa; no entanto, custava-lhe perder a materialidade psicológica que humaniza os personagens (veja-se esse esforço com relação a Baleia, um "criaturão", no dizer de Olívio Montenegro) e foi por causa desse receio que uniu o introspectivo ao objetivo, destacando a atuação dos personagens em capítulos próprios e nivelando as suas criaturas no conjunto da ação.

Agora é mais fácil penetrar no esforço da inovação técnica do romancista. Habitado a escrever transplantando-se na interioridade de um personagem-narrador, teve no seu último romance de conduzir o seu mundo interior a cinco personagens; Fabiano, Sinhá Vitória, O menino mais novo, o menino mais velho e até mesmo a cachorrinha Baleia...

A estruturação de um capítulo para cada uma dessas cinco criaturas serviu para fixar a densidade psicológica das criaturas, retirando-lhes quaisquer traços convencionais de meras representações ou de personagens a se agitarem no curso da história com o fim único de figurar uma "situação", uma decorrência do meio.

Certo que esse é um ponto ideológico de grande importância, mas essa mesma importância não é alcançada através de simples representações fictícias isentas de subjetivismo, mas pela humanidade, pela existência recriada e não pobremente repetida em algumas fixações. Por esse motivo é que o termo "personagens", retirado do teatro, em obras como as de Graciliano, profundamente realistas, não soam como o vocábulo "criatura" ou pessoa, de maior verdade e relevância.

Já se pode chegar à evidência, partindo da análise dos elementos de composição, que a estrutura do romance "Vidas Secas", fundada em "quadros" ou contos, prestou-se a conciliar o tratamento objetivo da narração com o aprofundamento psicológico das criaturas. E mais: Para interligar os diversos núcleos na mesma linha de interesse humano, firmando a unidade, enfim, da obra. Uma unidade estética e ideológica, conforme dizemos logo de início. Uma outra conclusão seria permitido tirar com base no estudo da composição. É que Graciliano Ramos trabalha a matéria formal do romance na manipulação de recursos que lembram um método, uma técnica, um processo. Mas não vejo nesse seu procedimento uma formalização do elemento psicológico. A mim parece que a psicologia, longe de ser aplicada como processo, método ou técnica, emana do seu romance como uma materialidade e uma essência, livres de formalizações e modelos. Deixo esse resultado entregue ao debate crítico dos estudiosos do romancista de Alagoas, um romancista universal — LEÔNIDAS CÂMARA.

NOTAS:

- a) Lukács, Georg: — Ensaio sobre literatura — Ed. Civilização Brasileira, 1965 — Montenegro, Olívio: O Romance Brasileiro, 2a. ed. 1953 — Liv. José Olímpio.
- b) O presente estudo é simples condensação do ensaio do autor (em fase de publicação) — A estrutura do romance de Graciliano Ramos.

LUIS WASHINGTON VITA, *Tríptico de Idéias* (Editorial Grijalbo, São Paulo 1967, págs. 181).

Quem acompanha as mudanças do conteúdo e do aspecto da literatura filosófica e social brasileira, de 1930 para cá (e quando digo aspecto, digo a face gráfica e a estrutura interna), percebe que nos últimos quinze anos houve grandes progressos. É trivial dizê-lo, aparentemente; mas o fato é que tais progressos são paralelos a novas circunstâncias e novas tomadas de consciência. O período 1940-1950 não teve, nem no aspecto dos livros nem no conteúdo, o nível dos que agora se apresentam: pois, apesar da horrível avalanche editorial que se abate sobre o público leitor ultimamente, o padrão dos livros melhora enormemente.

A idéia ingênua de separar a forma e o conteúdo, em matéria de livros, deve ceder passo à compreensão — historicamente fundada — de que o caráter e o sentido de toda obra realmente representativa deve estar solidária com os feitos gráficos. Isto sem falar no compromisso da substância da obra com a estrutura e a sequência que internamente possui.

No Brasil, só recentemente começou a impôr-se um padrão mais desenvolvido nos livros de teoria social (ou nos de teoria em geral). Responsabilizamos por isso a atuação das Universidades e o amadurecimento da dimensão acadêmica da vida cultural, mas também há as circunstâncias da nova vida real do Brasil, com cultura urbana em ascensão.

Os livros de filosofia começam a tornar-se "normais" no nosso ambiente. Tratar de teoria pura, coisa que era antes atividade extravagante ou pastiche pedantesco, passa a ser tarefa integrada nos afazeres do espírito nacional. Livros de substância forte têm-se apresentado, nestes últimos anos, com exem-

plar identidade entre forma e conteúdo. Devo assinalar inclusive o valor das edições paulistas nesse sentido (e devo lamentar, chateado mas com sinceridade, que Pernambuco vai mal neste ponto).

Certas obras recentes têm sido realmente marcantes: entre elas, o recente e notável *Pluralismo e Liberdade*, de Miguel Reale.

Mas esta nota se dirige a recensionar o novo livro de Luís Washington Vita, *Tríptico de Idéias*. Título orteguiano, porque o professor Vita — nome grandemente conhecido no país como pensador e historiador de pensamentos —, apesar de tudo, continua orteguiano: no estilo intelectual, na "concepção radical" das coisas, nos *arrières pensées* de seus escritos. E digo apesar de tudo, porque ele quer agora, aproximado que está do marxismo, encontrar colchêtes que abotem Marx com Ortega: ele os encontra, inclusive porque é um mestre em crítica de idéias, mas ao leitor continua cabendo um resto de ressalvas e dúvidas. Eu por exemplo sigo achando que Ortega foi um antimarxista, por mais que Vita assegure o inverso.

Penso entretanto, que no livro o mais importante não é ainda o estudo "revelador" do ortega socialista (um socialismo de dom José jovem e gárrula), mas a valorização, ou melhor a compreensão do pensamento brasileiro, coisa que aliás vem sendo dimensão maior nas obras do professor Vita, que, de resto, é escritor seguro e de firme gosto literário.

A compreensão do pensamento brasileiro, como fenômeno passível de interpretação sociocultural e como formação histórica peculiar, vem nas "Achegas à história das idéias no Brasil", que abre o volume.

Este estudo está cheio de conceitos discutíveis e de categorizações provisórias, tudo porém fortemente iluminado e sugestivo. As coisas sobre mentalidade conservadora e mentalidade renovadora estão um tanto esquemáticas e meio arbitrarias; a classificação dos pensadores vigentes segundo posições ideológicas é, embora válida em princípio, passível de restrições. Importante porém é sem dúvida o final do artigo, onde se põem com mão de mestre os pontos caracterizadores da situação da cultura humanística no Brasil, da filosofia e das idéias.

Em consonância com o trabalho de revisão e reorientação do pensamento brasileiro, está o estudo sobre Silvío Romero. Na verdade, o polígrafo sergipano tem sido objeto de opiniões extremadas, sobre as quais boia como saldo um juízo negativo. Porisso é oportuna a intervenção do professor Vita a respeito, mostrando a autenticidade das preocupações teóricas do autor de "Doutrina contra Doutrina", enfatizando sua concepção progressista e independente acerca de problemas sociais que muitos de seus contemporâneos tinham descurado ou desvirtuado.

Os trabalhos enfiados no livro correspondem a artigos e textos já publicados alhures. Fêz bem porém o autor, em reuni-los. É para isso, em parte, que existem as revistas de cultura: para que os ensaios, que nelas aparecem, se transformem em coisas maiores ou se reünam para cumprir melhor a sua função. Esta, dependendo da coerência dos artigos reunidos, vai por conta do autor. — NELSON N. SALDANHA.

FLORESTAN FERNANDES: "A Integração do Negro na Sociedade de Classes" — Dominus Editôra (Editôra da Universidade de São Paulo) São Paulo, 1965. 1.º volume XV-261 páginas, 2.º volume 394 páginas (*)

O Brasil será realmente uma nação sem preconceitos raciais? Essa pergunta daria para dividir apaixonadamente oitenta milhões de brasileiros, seguidos por todos aqueles que conhecem o Brasil ou dele já ouviram falar.

(*) A ser editado em alemão pela Editora Colloquium, Berlim.

Em um mundo que ainda se encontra tramautizado pela irrupção ainda mal sarada na cena político-social de ideologias racistas, em um momento em que ainda há luta contra governos que têm como fundamento ideológico de sua ação o "apartheid" o problema é de vital importância. E tamanha importância lhe tem realmente sido atribuída, que a própria UNESCO se tem encarregado de patrocinar estudos sobre o assunto.

É sobre a integração do negro na sociedade de classes que Florestan Fernandes escreveu o seu estudo mais alentado, publicado pela nova editora da Universidade de São Paulo. O título dos dois relativamente longos volumes é de uma felicidade admirável, adaptando-se perfeitamente não só ao conteúdo como também ao ângulo pelo qual esse conteúdo é apresentado. O primeiro volume tem como sub-título "O legado da "raça branca", e o segundo, "No limiar de uma nova era". Infelizmente não podemos dizer que os sub-títulos, sobretudo o primeiro, estejam tão bem adaptados ao conteúdo dos volumes, como o título geral da obra. Como o processo de integração do negro na sociedade de classes do modo que tem sido vivido até o presente no Brasil, em verdade a obra se divide em três fases: a primeira, começa com o período que antecedeu a Abolição da Escravatura, a partir de 1880, (Abolição da Escravatura: 13 de maio de 1888) e se estende até 1930. A segunda fase começa por essa época, com a República Nova e vai até o início do aceleramento da industrialização do país, enquanto o último período começa aí (1948) e continua em processo, embora o autor se detenha em sua análise no ano de 1960.

O trabalho é uma tese para as provas do concurso da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Essa circunstância explica certas características do livro: sua densidade e minuciosidade. Cada frase, cada afirmativa, cada argumento as faz acompanhar de dados, de citações, de provas. Sente-se que o livro foi tecido sobre um arcabouço esquemático. E tecido à prova de passíveis interrogações dos examinadores. Outra característica pode ser atribuída ao fato: o livro, embora entre em cheio na polêmica que suscita nos meios científicos o estudo das relações inter-raciais no Brasil, não é um livro polêmico. Defende um ponto de vista. Segue um roteiro. Esse roteiro foi seguido, a partir de uma combinação, bem escolhida de técnicas de pesquisas: as fontes históricas são completadas com análises de dados estatísticos, as pesquisas de campo efetuadas pelo autor são combinadas a outras feitas por seus alunos e vêm completar a bibliografia anteriormente existente. As diversas perspectivas de observação e interpretação nos permitem compreender, como salienta o autor na Nota Explicativa (pág. XI), "os aspectos psico-dinâmicos da mobilização do homem da plebe para os papéis sociais e as situações de vida da ordem social competitiva."

A unidade de investigação escolhida é a cidade de São Paulo. O autor a justifica por ser a cidade em que o regime de classes está mais desenvolvido, mais homogêneo e onde a "revolução burguesa" teve maior vitalidade. As perspectivas que o livro abre são realmente importantes. Integrado dentro da linha do grupo de sociólogos da Universidade de São Paulo, de que é próprio o líder Florestan Fernandes estuda, mais de que o negro, a emergência da sociedade de classes, que suplanta a antiga sociedade patriarcal, agrária e escravocrata, transformando, assim, as relações sociais e individuais, entre elas aquelas que se apoiavam nas diferenças de pigmentação.

O negro chegou ao Brasil como força de trabalho não remunerada. Depois da Abolição da Escravatura, ele foi substituído, no sistema econômico de São Paulo, pelo imigrante europeu. Por isso sofreu, logo de início, um processo de marginalização sócio-econômica, que caracterizou a primeira das três fases. Os abolicionistas haviam feito sua campanha apoiando emocionalmente a argumentação em causas morais, como o conceito de "dever" e o de "liberdade". Depois entregaram-se, em sua maioria, à sensação de "missão cumprida", enquanto o negro, desaparelhado social e culturalmente, devia enfrentar a concorrência do trabalhador imigrante europeu na emergente sociedade de classes. O desaparelhamento social do negro vinha de sua não participação na vida social, confinado que

estava às senzalas, não tendo, assim, tido oportunidade de aprender as técnicas de controle social. Essa falta de experiência se somava aos estereótipos que os brancos possuíam, criados na vigência da ordem social anterior, que faziam interpretar as ações do negro como falta de "juízo", de "cabeça".

Por outro lado, o imigrante europeu, que chegava em grande número a São Paulo na época, concorria fortemente com o negro, que havia sido, até a pouco, a única força de trabalho na zona rural. Aquêle vinha com experiência de desempenhar os papéis de "trabalhador assalariado", "chefe de família", etc. mais adaptado, portanto, aos padrões da sociedade emergente. O negro entendeu a liberdade como "liberdade de não fazer nada", dando ocasião a que os patrões preferissem os imigrantes. Só aqueles negros ou mulatos que tinham tido maior convivência com os brancos podiam vencer por conta própria. Eles se sentiam como se fossem uma elite, porém sem ligações nem obrigações para com os "negros reles". As mulheres, que durante todo o período patriarcal tiveram sempre muito mais ligações com a Casa Grande, com o "mundo dos brancos", tinham, por isso, mais prática na manipulação das técnicas sociais. Além disso a concorrência do imigrante feminino no mercado de trabalho era muito menor, confinando-se este quase só às profissões de auxiliar doméstica. A mulher preta e mulata tornou-se assim o esteio econômico da desorganizada família negra, complicando ainda mais o problema, sobretudo do lado psicológico.

Dos diferentes grupos raciais que concorreram na fase de surgimento e implantação da ordem social competitiva em São Paulo, os negros foram os únicos que não puderam apoiar-se na sua própria cultura para, reinterpretando-a, servir-se dela como instrumentos de integração na sociedade de classes. Os estereótipos que anteriormente agiam como conservadores da relação de dominação-subordinação entre brancos e pretos (inimigos da ordem, por exemplo), foram redefinidos pelos brancos, que passaram a perseguir os negros por ameaça ao decôro, à propriedade e à segurança das pessoas. Estes, que não tinham a embriaguez, como traço cultural, começaram a beber.

A cidade exercera um fascínio nos grupos de ex-escravos, que para ali se haviam começado a mudar desde os primeiros anos após a Abolição da Escravatura. O ambiente urbano não lhes foi especialmente hostil no sentido social. Mas rejeitava os que queriam conservar a "mentalidade de senzala". Mas para eles o pertencer ali significava não se dar por vencidos, não regredir à zona rural. É assim que o autor desce à análise minuciosa da existência que o negro levou na cidade de São Paulo durante este primeiro período. Ele se caracteriza pela pauperização e anomia social das populações negras e mulatas na cidade de São Paulo. A maioria da documentação apresentada é originária de relatos de pessoas que viveram a época, tanto negras como brancas. Começa, porém, dando uma vista nas estatísticas para refutar a tese de que o negro não se daria no planalto paulista, e por isso estaria sujeito a forte dizima. Pelo contrário, os números estatísticos existentes para a época estudada são lógicos, se se tomar em consideração algum embranquecimento havido na população, através dos casamentos com pessoas mais claras. Como diversos autores já haviam registrado, entre os quais Thales de Azevedo (1) que faz um apanhado geral dos estudos a respeito do problema, há uma conceituação "social" da cor no Brasil, que difere do conceito de "raça" ou de "sangue". Para este último, o conceito de cor no Brasil "constitui um dado biológico, uma síntese de raça de origem, tipo físico e valores sociais que levam à fixação, para cada indivíduo, de sua "epiderme social" (2) Essa "ideologia da branquidão" está presente não só entre os brancos, mas também entre os negros e mulatos, que querem "limpar a raça", casando com pessoas mais alvas, ou sim-

(1) Thales de Azevedo: "Mestiçagem e Status no Brasil" in Sociologia, vol. XXVI, São Paulo, dezembro de 1964, n.º 4, pág. 519-540. Ver bibliografia no fim do artigo.

(2) Thales de Azevedo, cit. pág. 523.

plesmente branqueando sua "epiderme social". Isso faz com que haja sempre dificuldades para quem quer trabalhar com estatísticas sobre o problema da cor. Elas estão influenciadas pelo embranquecimento social dos membros da população preta e mulata. Para contornar tal defeito, Florestan Fernandes faz comparação e deduções, usando diferentes fontes estatísticas, até chegar à conclusão de que não há a propalada dizima do negro paulista. Contudo a população de cor não alcançou um padrão de equilíbrio demográfico vinculado à vida urbana. A situação econômica, social e cultural do negro na cidade agiu como regulador do crescimento vegetativo da população. Eles ficaram, na cidade, no primeiro estágio da "luta pela vida". Como, no período de emergência da ordem social competitiva, a posição de cada grupo étnico dependia fundamentalmente de sua capacidade de participação no crescimento sócio-econômico, os grupos aqui estudados, pelas causas expostas na análise da geração histórico-sociológica do primeiro período, chegaram a uma estado muito grave da pauperização e anomia. Só uma "elite" formada de choferes, empregados públicos, e pessoas em profissões congêneres, a qual chegaram a essas posições bajulando os brancos, fazia a exceção. Os demais viviam submetidos a condições gerais de moradia e higiene baixíssimas, onde a promiscuidade e a falta de trabalho só tendiam a agravar a situação. O sexo e o erotismo se tornaram as únicas afirmações de "homem" possíveis, e, portanto, exploradas, embora essa afirmação viesse degradar ainda mais o conceito que os brancos faziam da população de cor. As obrigações de auxílio à família extensa, traço que se conserva tão vivo na América Latina em geral, faziam com que os que melhoravam economicamente fôssem submetidos a verdadeira exploração, havendo, então, um nivelamento por baixo. A prostituição, a malandragem, e o roubo eram expressões sociopáticas da anomia. O mulato levava uma pequena vantagem sobre o negro, porque estava a mais tempo acostumado a viver em liberdade. O número de suicídio é maior entre os negros. A família, de importante influência socializadora, estava também desorganizada. O autor chega, então, à pergunta paradoxal, mas procedente: Como se explica que eles tenham resistido a condições tão ruins? E vê como resposta o tipo de ajustamento a que o negro se entregou: a apatia e a inércia. A anomia se juntou à pauperização, que era o fator sócio-dinâmico essencial, de modo a libertar e fortalecer os ingredientes "tóxicos" ou destrutivos. Isso explica porque a inércia foi a forma de adaptação seguida, em vez de se libertarem tensões criadoras, como seria de esperar da situação.

O negro agiu, na sua segregação da sociedade, conseguida através da inércia, como se estivesse em uma sociedade de castas, o que caracteriza o processo como de *demora cultural*. Exceto a elite branca, acostumada que era à dominação sobre o negro, a sociedade brasileira tratava o negro com brandura, esperando, porém, da parte dele, um comportamento de servilismo e inferioridade. O "caminho mais seguro" da "paz social" seria manter o negro nessa posição, aonde estava, não por causa do preconceito de cor, mas pela conservação da estrutura da sociedade antiga. Isso gerou o mito da "democracia racial" que convinha ao branco para se pôr em paz com a sua consciência, e manter uma coerência com o padrão ideal da ordem social competitiva, realizada pela igualdade de raças legal.

A situação, porém, iria mudar, dando origem ao segundo período, que se caracteriza pelo aparecimento dos movimentos negros reivindicatórios. Os movimentos sociais no meio negro, que abrem o segundo volume do estudo aqui comentado, surgiram antes de 1930. Assim como os operários, os negros começaram a usar a técnica social do conflito a partir do início da década dos 20. Havia dois dilemas, que são uma síntese de toda a problemática até aqui exposta: o primeiro era o dilema da absorção da população de cor na ordem social competitiva. O segundo era o da associação entre cor e posição social. Contra esses dilemas o negro se organizou. Os movimentos sociais, originários já da aprendizagem de técnicas sociais que seus autores haviam adquirido em contacto com a vida urbana, também foram muito influenciados pela convivência com os imigrantes italianos, os quais haviam aos poucos melhorado de si-

tuação. Os negros compreenderam que o sucesso dos italianos decorria do estilo de vida que levavam. Por isso os movimentos surgidos então, como a Frente Negra (1931-1937), enfatizavam a aquisição de novas técnicas sociais. Eram minorias integracionistas que não negavam a ordem social estabelecida, mas queriam generalizá-la. Assim, tentativas de alinhar os grupos negros dentro do então eferescente movimento comunista, foram em vão.

O autor analisa detidamente as técnicas sociais empregadas pelos diversos movimentos, sobretudo a do desmascaramento da ideologia racial vigente, o papel dos mulatos ali e a reação da sociedade inclusive a eles. Conclui que os movimentos do meio negro falharam: a sociedade continuava a aceitar o negro unicamente como indivíduo, mas não como minoria étnica ou social. Contudo o bem que os ditos movimentos fizeram aos que nêles participaram foi muito grande. Não eram as organizações negras que iriam abrir um caminho para a solução dos dilemas, mas sim as profundas mudanças por que a sociedade brasileira passou entre 1937 e 1948: a europeização, provocada pelas fortes correntes imigratórias foi deixada para trás, e os brasileiros corrigem sua posição na sociedade. A industrialização se eleva à categoria de móvel primeiro da sociedade.

Assim se inaugura a terceira fase da integração do negro na sociedade de classe em São Paulo: com a sua proletarização. São incluídos na torrente social, por onde podem ascender até a classe média. Deixam de raciocinar e agir como "raça", e passam a fazê-lo como indivíduos. São transformados de "negros" em "brasileiros pobres". Mais uma vez, nesta altura do estudo, o autor recorre aos dados estatísticos para caracterizar essa nova situação, e descobre que há uma diferença entre a população de estoque racial branco e a de estoque racial negro: embora o branco miserável seja tão miserável quanto o negro miserável, a diferença está em que o branco se distribui por todas as classes indistintamente, enquanto o negro se concentra em baixo. As oportunidades teóricas de ascensão social diminuem quando se passa do estoque branco para o preto. Além do mais há uma série de barreiras psicológicas, tanto da parte dos negros, como sobretudo da parte dos brancos, que continuam, influenciados pela inércia, a identificar cor e classe social. Mas a população negra que ascendeu à classe média tem empregado outras técnicas sociais, visando separar suas próprias pessoas dos estereótipos vigentes sobre os pretos.

Contudo, embora se deva responder afirmativamente sobre a pergunta se há preconceito no Brasil contra o negro, esse preconceito se distingue do de outras sociedades, não só na intensidade, como no modo de atuar. O autor não faz comparação da situação do negro com a de outras minorias raciais, sobretudo os japoneses, que, em somente 30 anos, chegaram a subir, não só até a classe média, mas também até posições altas. (3) Aponta, porém, a diferença entre os brancos concebidos os negros: nos Estados Unidos, por exemplo, os brancos pensam que os negros são menos inteligentes. No Brasil, os brancos aceitam-nos como de igual grau de inteligência. Dessas comparações poder-se-á concluir, não só, como faz o autor, que há preconceito de cor e de classe, mas também que o preconceito de cor é diferente do preconceito de raça. O preconceito de raça se fundamenta na diferença escalonada de um estoque racial sobre outros (superioridade-inferioridade). Inclui o conceito da transmissão dessa diferença através do sangue, mesmo que a aparência não revele que o indivíduo pertença a determinado estoque racial. O preconceito de cor liga determinados estereótipos à pigmentação ou à aparência física. No Brasil os estereótipos atualmente se referem sobretudo a classe social. Mas, segundo Florestan Fernandes, os preconceitos são negados pela sociedade brasileira, porque ela possui muito poucas maneiras de manobrar tensões: evita-as, convencendo a todos de que não há preconceito. A existência deste patenteia-se quan-

(3) Ver Hiroshi Saito: "Mobilidade de Ocupação e de Status de um Grupo de Imigrantes" in *Sociologia*, vol. XXII, n.º 3, setembro de 1960.

do se pergunta sobre a possibilidade de casamento com pessoa de cor. Descoberto o preconceito, a sociedade mais uma vez se amolda, admitindo-o limitadamente. Já no fim de sua irrefutável tese, Florestan Fernandes resume as funções sociais, manifestas e latentes, do preconceito de cor. (2.^o vol. págs. 374 a 379). Essas funções se exercem entre os brancos e entre os pretos. Para terminar o autor aconselha que o Brasil deve fazer uma política de integração racial. "O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido através de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial." (pág. 391) Enquanto o Brasil não resolver o problema "não teremos uma democracia racial e, tampouco, uma democracia". (pág. 394).

O trabalho aqui exposto é um desses que podem dar direção aos esforços de uma sociedade, mas sobretudo no campo acadêmico, ele pode e deve suscitar estudos semelhantes. A primeira pergunta que nos fica é essa: Em São Paulo as coisas se passaram assim. E no resto do país? Esse quadro será representativo para o Brasil?

Essa pergunta não é simples, e as respostas que para ela se encontrarem serão esclarecedoras também para a pergunta que fizemos no início deste comentário. A organização patriarcal da sociedade brasileira só tardiamente se implantou em São Paulo, e, mais de que em qualquer outra parte, foi bruscamente interrompida pela imigração estrangeira, quando o sistema econômico local já amadurecia para a implantação das indústrias. Na maior parte do território brasileiro a evolução econômico-social percorreu outros caminhos. A concorrência com o estrangeiro e a rapidez da implantação da ordem social competitiva não aconteceram igualmente em toda parte. Como evoluiu, pois, o problema nos outros centros do país? Que o alto nível teórico e metodológico alcançado pelo autor não sirvam como desencorajamento, mas sim como exemplo aos sociólogos que poderão tratar do assunto.

Se o livro de Florestan Fernandes fosse um romance, teríamos muitos defeitos a apontar: prolixidade, mudanças de ritmo no desenrolar da ação, lentidão excessiva, e assim por diante. Mas, como é uma tese professoral, podemos elogiar esse caráter romanescos que se descobre latente, através de suas sérias e eruditas páginas. Caráter de romance clássico, com um tema de validade universal, cuja ação aconteceu, cujos heróis são toda uma coletividade, cujo desfecho está para vir, e em cada um de nós pode influir um pouco: o destino do negro na nossa sociedade. — TARCÍZIO RÊGO QUIRINO.